UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H – CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equiv. de caixa	4	1.386.874	11.839
Contas a receber	5	8.240.917	7.915.917
Estoques	6	1.649.568	1.649.132
Outros créditos		51.911	82.100
Partes relacionadas	12	268.742	-
Contratos de gestão	3m	23.747.751	-
Total do Ativo Circulante		**35.345.763**	**9.658.988**
Não Circulante			
Outros créditos		4.432	-
Imobilizado – Próprio	7	1.200.281	93.984
Total do Ativo não Circulante		**1.204.713**	**93.984**
Total do Ativo		**36.550.476**	**9.752.972**
PASSIVO E PATR. SOCIAL CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.816.963	4.889.305
Obrigações trabalhistas	9	2.171.653	1.267.066
Obrigaçõessociais	10	348.354	204.588
Obrigações fiscais		164.137	66.861
Outras contas a pagar	11	2.915.951	2.557.625
Partes relacionadas	12	70.000	70.000
Contratos de gestão	3m	23.747.751	-
Total do Passivo Circulante		**33.234.809**	**9.055.445**
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	3.356.151	2.235.599
Total do Passivo não Circ.		**3.356.151**	**2.235.599**
Patrimônio Social			
Patrimônio social	3k	**(188.839)**	**644.732**
Superávit (déficit) acumulado		148.355	(2.182.804)
Total do Patrimônio Social		**(40.484)**	**(1.538.072)**
Total do Passivo e Patr. Social		**36.550.476**	**9.752.972**

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)

	Notas	2023	2022
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		31.663.668	25.550.733
Receita Líquida		**31.663.668**	**25.550.733**
Custos			
Serviços de terceiros		(12.632.546)	(12.808.254)
Pessoal e encargos		(9.924.333)	(8.031.341)
Materiais e medicamentos		(4.391.413)	(3.591.438)
Superávit operacional		**4.715.376**	**1.119.700**
Despesas			
Pessoal e encargos		(2.481.083)	(2.007.835)
Impostos, taxas e contribuições		(15.713)	(2.188)
Depreciação/amortização		(52.794)	(13.117)
Despesas gerais e administrativas	14	(2.095.611)	(1.210.856)
Resultado antes do Resultado Financeiro		**70.175**	**(2.114.296)**
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(42.074)	(97.928)
Receitas financeiras		112.780	5.133
Resultado antes de Outras Despesas e Receitas		**140.881**	**(2.207.091)**
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		7.450	24.287
Outras receitas e despesas		24	-
Superávit / (Déficit) do Exercício		**148.355**	**(2.182.804)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2021	**4.334.050**	**(3.926.764)**	**407.286**
Incorp. ao Patr. Social	(3.926.764)	3.926.764	-
Ajustes Patrimoniais	237.446	-	237.446
Déficitdo Exercício	-	(2.182.804)	(2.182.804)
Saldos em 31/12/2022	**644.732**	**(2.182.804)**	**(1.538.072)**
Incorp. ao Patrim. Social	(2.182.804)	2.182.804	-
Transferências (Nota 3k)	1.349.233	-	1.349.233
Superávit do Exercício	-	148.355	148.355
Saldos em 31/12/2023	**(188.839)**	**148.355**	**(40.484)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	**148.355**	**(2.182.804)**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	52.794	13.117
Superávit do Exercício Ajustado	**201.149**	**(2.169.687)**
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	(325.000)	(6.621.246)
Estoques	(436)	(459.259)
Outros Créditos	25.757	34.246
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(1.072.342)	1.668.735
Obrigações Trabalhistas	904.587	203.993
Obrigações Sociais	143.766	42.074
Obrigações Fiscais	97.276	(25.341)
Outras Contas a Pagar	358.326	2.469.803
Ajustes Patrimoniais	-	237.446
Fluxo de cx gerado / (consum.) pelas Ativ. Op.	**333.083**	**(4.619.236)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(1.159.091)	(5.864)
Fluxo de Caixa consum. nas Ativ. de Invest.	**(1.159.091)**	**(5.864)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	2.201.043	4.072.641
Fluxo de Caixa consum. nas Ativ. de Financ.	**2.201.043**	**4.072.641**
Aum./ (redução) líq. em cx e equiv. de caixa	**1.375.035**	**(552.459)**
Movimentação de Caixa e equiv. de Caixa		
No início do exercício	11.839	564.298
No fim do exercício	1.386.874	11.839
Aum. / (redução) líq. em caixa e equiv. de cx	**1.375.035**	**(552.459)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnostico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM, **b. Contrato de Gestão** Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/09/2024 conforme 12º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal 50.517/61	DOU de 23/12/70
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/69
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/67

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2o: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b.Aprovação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em18 de Março de 2024. **c.Base de Mensuração** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d.Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3.RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado i.Reconhecimento e Mensuração** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii.Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. O superávit do exercício ocorre pelo não recebimento do recurso. Está ocorrendo alinhamento da Unidade Pronto Atendimento 24 horas Campos Sales que é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70) com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SES para realizar ações em prol da utilização do recurso da Saúde do Amazonas. **h. Reconhecimento de Receitas** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i.Outros Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j.Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos** Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social é de R$ (188.839)e em 31 de dezembro de 2022 - R$ 644.732. Foi realizada a incorporação no valor de R$ 1.349.233 referente transferências com o Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz conforme autorização da SES AM(Ofício° 3758/2022). Sendo R$ 1.005.659 destinado a reforma estrutural e até R$ 343.574 para aquisição de móveis e equipamentos. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão** Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em

Continua...

Continuação...

não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidenciação, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

	31/12/2022 reapresentado	31/12/2022
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.839	11.839
Contas a receber	7.915.917	7.915.917
Estoques	1.649.132	1.649.132
Outros créditos	82.100	82.100
Partes relacionadas	-	-
Contratos de gestão	23.747.751	-
Total do Ativo Circulante	**33.406.739**	**9.658.988**
Não Circulante		
Outros créditos		-
Imobilizado – Próprio	93.984	93.984
Total do Ativo não Circulante	**93.984**	**93.984**
Total do Ativo	**33.500.723**	**9.752.972**

	31/12/2022 reapresentado	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
Circulante		
Fornecedores	4.889.305	4.889.305
Obrigações trabalhistas	1.267.066	1.267.066
Obrigaçõessociais	204.588	204.588
Obrigações fiscais	66.861	66.861
Outras contas a pagar	2.557.625	2.557.625
Partes relacionadas	70.000	70.000
Contratos de gestão	23.747.751	-
Total do Passivo Circulante	32.803.196	9.055.445
Não Circulante		
Partes relacionadas	2.235.599	2.235.599
Total do Passivo não Circulante	**2.235.599**	**2.235.599**
Patrimônio Social		
Patrimônio social	644.732	644.732
Superávit (déficit) acumulado	(2.182.804)	(2.182.804)
Total do Patrimônio Social	**(1.538.072)**	**(1.538.072)**
Total do Passivo e Patr. Social	**33.500.723**	**9.752.972**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa em espécie	1.862	490
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.385.012	11.349
Total	**1.386.874**	**11.839**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Os recursos obtidos para gestão da UPA são administrados pela mesma gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por força do mesmo contrato de gestão, portanto são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/09/2024 conforme 12º Termo Aditivo.

	2023	2022
Contrato de gestão001/2019	8.240.917	7.915.917
Total Circulante	**8.240.917**	**7.915.917**
Aging List	**2023**	**2022**
De 06 a 15 dias	2.638.639	2.638.639
De 16 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	2.638.639	2.638.639
De 61 a 90 dias	325.000	2.638.639
De 91 a 180 dias	2.638.639	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	-	-
Total	**8.240.917**	**7.915.917**

6. ESTOQUES

	2023	2022
Drogas e medicamentos	321.457	422.068
Materiais de uso do paciente	189.286	241.511
Fios cirúrgicos	10.265	14.800
Limpeza e higienização	53.425	102.922
Materiais de laboratório	129.324	16.597
Demais materiais	181.392	229.898
	885.149	**1.027.796**
Estoques cedidos pela SES/AM (i)	764.419	621.336
Total	**1.649.568**	**1.649.132**

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Inform.	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	4.729	-	-	78.376	18.132	-	101.237
Aquisições	-	-	5.864	-	-	-	5.864
Depreciação	(569)	-	(785)	(9.578)	(2.185)	-	(13.117)
Saldo contábil líquido	**4.160**	**-**	**5.079**	**68.798**	**15.947**	**-**	**93.984**
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	4.160	-	5.079	68.798	15.947	-	93.984
Aquisições	-	-	-	22.542	44.284	1.092.265	1.159.091
Transferências	-	1.092.265	-	-	-	(1.092.265)	-
Depreciação	(569)	(36.057)	(1.173)	(10.697)	(4.298)	-	(52.794)
Saldo contábil líquido	**3.591**	**1.056.208**	**3.906**	**80.643**	**55.933**	**-**	**1.200.281**

8.FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e medicamentos	280.049	781.037
Serviços	584.251	608.748
Serviços médicos	2.857.593	3.189.465
Diversos	95.070	310.055
Total	**3.816.963**	**4.889.305**

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	379.710	471.868
Provisão férias	776.322	736.354
Provisões FGTS s/férias	61.910	58.844
Outras provisões	953.711	-
Total	**2.171.653**	**1.267.066**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
INSS a recolher	110.283	53.803
FGTS a recolher	109.555	77.559
IRRF s/ folha a recolher	109.209	56.076
Contr. sindical	48	48
Outros a pagar	19.259	17.102
Total	**348.354**	**204.588**

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Empréstimo consignado à funcionários	28.535	30.025
Verba piso salarial da enfermagem (i)	84.175	-
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	2.803.241	2.527.600
Total	**2.915.951**	**2.557.625**

(i)No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii)Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2024.

12. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ	268.742	-
Total Circulante	**268.742**	**-**
Passivo		
SEDE ADMINISTRATIVA	70.000	70.000
Total Circulante	**70.000**	**70.000**
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ	3.356.151	2.235.599
Total Não Circulante	**3.356.151**	**2.235.599**

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R$ 70.000 (R$ 70.000 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13.PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2023	2022
Trabalhista	-	110.000
Total	**-**	**110.000**

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(839.723)	(381.000)
Energia elétrica	(346.463)	(283.045)
Aluguel de máquinas	(780.814)	(458.025)
Manutenção e conservação	(29.813)	(17.201)
Água e esgoto	(3.381)	(2.925)
Outros	(95.417)	(68.660)
Total	**(2.095.611)**	**(1.210.856)**

15. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.009.839	1.925.111
INSS	2.009.839	1.925.111
COFINS	949.910	766.522
COFINS	949.910	766.522
Total	**2.959.749**	**2.691.633**

16. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplic. financ. de liquidez imediata	1.385.012	11.349
Contas a receber	8.240.917	7.915.917
Total ativos financeiros	**9.625.929**	**7.927.266**
Fornecedores	3.816.963	4.889.305
Total passivos financeiros	**3.816.963**	**4.889.305**

18. GESTÃO DE RISCOS A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.**ii. Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. Manaus - AM, 18 de Março de 2024.

Anderson Barros de Albuquerque
Diretor Executivo - CPF: 970.490.342-15
Joseph M. Feitosa Gomes - Contador
CRC – AM 013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH** Unidade de Pronto Atendimento – Campos Sales Manaus - AM **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questio-

Continua...

Continuação...

namentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases**: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. ii) Chamamos a atenção sobre o fato de, em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentar patrimônio líquido negativo na ordem de R$ 40.484. A Administração considera que não há existência de incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da Unidade, uma vez que as atividades e recursos do contrato de gestão 001/2019/SES/AM são consolidados entre UPA e Hospital. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 172225

Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHCFM

PORTARIA Nº 02/2024/DP-FHCFM

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO FRANCISCA MENDES, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a Lei nº 4.230 de 17 de março de 1964, vem dar publicidade aos Anexos 12- Balanço Orçamentário, Anexo 13- Balanço Financeiro, Anexo 14- Balanço Patrimonial, Anexo 15- Demonstração das Variações Patrimoniais.

CIENTIFIQUE-SE, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO FRANCISCA MENDES-FHCFM**, em Manaus, 26 de março de 2024.

ROBERTA CAROLINA BARBOSA DO NASCIMENTO
Diretora-Presidente da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes
Ordenadora de Despesas da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ADMINISTRACÃO FINANCEIRA INTEGRADA
EXERCÍCIO 2023

ANEXO 12 - Balanço Orçamentário

Unidade Gestora: 017307-FUNDACAO HOSPITAL DO CORAÇÃO "FRANCISCA MENDES"
Gestão: 00003 - FUNDACAO
Mês de Referência: 12 - Dezembro de 2023

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d=c-b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**(5.000,00)**
Transferências de Capital	***5.000,00***	***5.000,00***	***0,00***	***(5.000,00)***
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**(5.000,00)**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**(5.000,00)**
DÉFICIT (VI)	**0,00**	**1.169.206,24**	**1.226.503,57**	**-**
TOTAL (VII)=(V+VI)	**5.000,00**	**1.174.206,24**	**1.226.503,57**	**(5.000,00)**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	**0,00**	**57.297,33**	**57.297,33**	**-**
Superávit Financeiro	**0,00**	**57.297,33**	**57.297,33**	**-**
Reabertura de Créditos Adicionais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**